



Brasília-DF, 13 de novembro de 2024

CNTI apoia o Projeto de Lei que discute o fim da escala 6X1



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, entidade sindical que representa cerca de 5 milhões de trabalhadores em todo o Brasil, **DEFENDE** a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), apresentada pela deputada Érica Hilton (PSOL-SP) que, põe fim a escala de trabalho 6X1, propondo uma jornada máxima de trabalho de 36 horas semanais.

Manifestamos total apoio ao projeto, contrário à jornada atual (44 horas semanais), que além de extenuante, priva os trabalhadores de seu convívio familiar e de seu direito constitucional de lazer e aprendizado.

Convidamos nossas entidades filiadas (sindicatos e federações) a apoiarem o projeto, assinando a petição pública, disponível no link abaixo, sobre este assunto tão relevante à classe trabalhadora.

<https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR135067>

Diretores da CNTI são recebidos no IEA e no IEE da USP



(Secretário de Educação) e Eduardo Henrique

Em encontro e visita ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) e ao Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP reuniram-se com o coordenador do Observatório sobre os Impactos das Novas Morfologias do Trabalho, professor René Mendes, momento em que convida os diretores da CNTI: Eduardo Annunciato - Chicão

(Regional Sudeste) para se integrarem no observatório e destaca a participação do José Reginaldo, desde a sua instalação.



No IEE, Instituto de Energia e Ambiente, são recebidos pela professora e pesquisadora, Dra. Priscila Camiloti. A visita teve foco nas atividades do Centro de Pesquisas em Energia Elétrica (CEPTEN), coordenado pela professora Priscila, onde foi apresentado o projeto inovador de biodigestão, que se encontra em fase de testes.

O projeto começou a ser desenvolvido durante a pandemia e tem por objetivo capturar resíduos sólidos orgânicos, de origem animal ou vegetal, para a geração de biogás, um composto capaz de produzir energia e combustíveis de matriz renovável. Com uma capacidade de processamento de 43 toneladas de resíduos orgânicos por dia, o sistema já tem o potencial de produzir uma quantidade significativa de biogás, suficiente para o abastecimento de gás de cozinha.

O projeto de biodigestão prevê, em suas próximas etapas, a transformação do biogás em metano, além da sua liquefação, permitindo-o ser utilizado como combustível. Trata-se de uma iniciativa essencial para a agenda net zero, que visa a redução das emissões de carbono no mundo todo, e para o cumprimento das políticas de sustentabilidade apresentadas pela ONU.

Diretores da CNTI se reúnem com Deputado Márcio Nakashima (SP)



Os diretores da CNTI, José Reginaldo, Eduardo Annunciato (Chicão) e Eduardo Henrique foram recebidos pelo deputado estadual SP, Nakashima

**Brasília-DF, 13 de novembro de 2024**

(11/11), ocasião em que foram destacadas as ações parlamentares em prol dos trabalhadores industriários e parceria parlamentar visando à organização sindical no estado de São Paulo e no Brasil.



Ministério do Trabalho apoia redução da jornada de trabalho



Redução de jornada é possível também por acordos e convenções coletivas, diz Luiz Marinho, Ministro do Trabalho

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) afirmou nesta segunda-feira (11) que considera “plenamente possível e saudável” a redução da jornada semanal de trabalho, atualmente incluída em 44 horas para trabalhadores que seguem a escala 6x1. A Pasta sugere que o tema seja batido em convenções e acordos coletivos entre empresas e empregados.

Em nota, o MTE ressaltou que a questão exige uma “discussão aprofundada” e o envolvimento de todos os setores, levando em conta as particularidades de cada área, especialmente em setores que operam de forma ininterrupta.

A pauta tem gerado debate nas redes sociais e, o Palácio do Planalto acompanha de perto a mobilização em torno da proposta de mudança.

Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego escreveu no X incentivando a negociação coletiva, por acordo ou convenção entre sindicato dos trabalhadores e empresas. Disse que “Como dito em nota, o @MTE entende que a questão da escala de trabalho 6x1 deve ser tratada em convenções e acordos coletivos de trabalho. A pasta considera, contudo, que a redução da jornada para 40H semanais é plenamente possível e saudável, quando resulte de decisão coletiva.”

A discussão foi impulsionada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da deputada Érika Hilton (PSOL-SP), que propõe a extensão da escala 6x1, que permite uma folga a cada seis dias de trabalho. A deputada defende que a medida visa ampliar o período de repouso e melhorar as condições de trabalho.

Para que a PEC comece a tramitar no Congresso Nacional, são permitidas as assinaturas de pelo menos 171 dos 513 deputados ou de 27 dos 81 senadores.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Cresce o número de assinaturas pelo fim da escala 6x1 no Brasil

Para que a proposta comece a tramitar na Câmara, é necessário o apoio de ao menos 171; PEC já conta com 134 assinaturas



Erika Hilton destaca que escalada 6x1 é desumana para a classe trabalhadora (Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados)

O número de assinaturas em apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa reduzir a jornada de trabalho no Brasil quase dobrou, registrando expressivo crescimento na quantidade de deputados favoráveis. Durante o final de semana, a proposta, apresentada pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), contava com 70 assinaturas. Na noite desta segunda-feira (11), o número de apoiadores subiu para 134, conforme comunicado da própria parlamentar.

Para iniciar a tramitação formal na Câmara dos

Brasília-DF, 13 de novembro de 2024

Deputados, a PEC precisa de, no mínimo, 171 assinaturas entre os 513 parlamentares. A proposta busca extinguir a atual escala de trabalho de seis dias com um de folga (6x1), estabelecendo uma nova jornada semanal de quatro dias.

Entre os principais apoiadores do projeto, destacam-se deputados do PT e do PSOL, partidos da base governista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com 65 e 12 deputados favoráveis, respectivamente. No entanto, um deputado do PL, Fernando Rodolfo (PE), manifestou apoio ao tema até o momento, tornando-se o único parlamentar do partido do ex-presidente Jair Bolsonaro a aderir à proposta.

Repercussão do fim da jornada 6x1

Com a repercussão nas redes sociais, o Palácio do Planalto passou a acompanhar de perto o debate sobre a proposta. Em nota, o Ministério do Trabalho declarou que considera “plenamente possível e saudável” a redução da jornada de 44 horas semanais, que atualmente é comum para trabalhadores que seguem a escala 6x1. A pasta destacou, no entanto, a necessidade de uma discussão aprofundada que considere as particularidades de cada setor econômico, especialmente aqueles que operam continuamente.

No último domingo (10), o fim da escala 6x1 figurou entre os tópicos mais discutidos nas redes sociais, chegando ao primeiro lugar nos trending topics da rede social X, antigo Twitter.

“Escola 6x1 é desumana”, afirma Erika Hilton

Para Erika Hilton, a escala 6x1 é desumana. “Isso tira do trabalhador o direito de passar tempo com sua família, de cuidar de si, de se divertir, de procurar outro emprego ou até mesmo se qualificar para um emprego melhor. A escala 6x1 é uma prisão, e é incompatível com a dignidade do trabalhador”, disse a deputada nas redes sociais.

A proposta que propõe o fim da jornada de trabalho 6X1 é do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), liderado pelo vereador eleito Rick Azevedo (PSOL-RJ). De acordo com a legislação atual, prevista na Constituição e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a jornada não pode exceder oito horas diárias e 44 horas semanais, havendo possibilidade de compensação de horários ou redução da jornada por meio de acordos ou convenções coletivas. A PEC, contudo, pretende reformular essa estrutura, buscando alinhar a legislação trabalhista brasileira com demandas de maior equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

Fonte: TVTNews

Senador Paulo Paim confirma que não é candidato em 2026



Em encontro com a Executiva do PT-RS, nesta segunda-feira (11), o senador Paulo Paim (PT-RS) confirmou, como havia anunciado em 2022, que não será candidato em 2026.

Ele destacou que a extensa trajetória política, que inclui 4 mandatos como deputado federal e 3 como senador da República. Constituinte em 1988, o senador Paulo Paim (PT-RS) teve papel ativo na elaboração da Constituição Cidadã, e destacou-se em defesa dos direitos sociais.

Trata-se de perda relevante. Já que não será fácil substituí-lo à altura das demandas do povo brasileiro. O senador Paulo Paim não é um político qualquer. Dedicou-se há 40 anos em defender os trabalhadores no Congresso Nacional. Seja como deputado quanto agora como senador.

Os participantes do encontro recordaram momentos importantes da carreira e ressaltaram o trabalho na criação de leis que impactaram profundamente a vida dos brasileiros, como os Estatutos do Idoso, da Pessoa com Deficiência, da Juventude e da Igualdade Racial.

Foram destacados os esforços do senador na luta pelo salário mínimo digno, pelos direitos dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas e no combate aos preconceitos e ao racismo.

O mandato do senador se encerra em janeiro de 2027.

Frente Ampla

Em sua fala, Paim reforçou a importância de a construção de Frente Ampla pelo Brasil, projeto que vem sendo construído ao longo dos anos, com o objetivo de unir forças em prol do bem comum.

O senador também aproveitou a ocasião para reiterar a defesa da Previdência Pública e dos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, temas centrais em sua atuação legislativa.

Brasília-DF, 13 de novembro de 2024

O reconhecimento ao trabalho do senador veio em forma de aplausos, lembranças e agradecimentos dos presentes.

3 recomendações

Encerrando sua fala, Paim deixou 3 recomendações que considera fundamentais: construir uma Frente Ampla; manter a humildade; e defender causas, e não coisas e interesses pessoais. O evento foi 1 momento de celebração da trajetória de Paulo Paim e de reafirmação do compromisso dele com a defesa dos direitos sociais e da democracia.

"Cabeça" do Congresso

O DIAP, anualmente, avalia o desempenho parlamentar em publicação histórica e tradicional — "Os 'Cabeças' do Congresso Nacional" — e o senador é o único parlamentar que aparece em todas as edições do levantamento, que completou 31 anos em 2024.

São 150 deputados e senadores, num colégio de 594 parlamentares – 513 deputados e 81 senadores. São 100 "Cabeças" e 50 em "ascensão".

Na visão do DIAP, para ser "Cabeça" é preciso ter capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, seja pelo saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade, que é dinâmica, e, principalmente, facilidade para conceber ideias, constituir posições, elaborar propostas e projetá-las para o centro do debate, liderando a repercussão e tomada de decisão. (Com informações do portal GZH - Gazeta Zero Hora)

Fonte: Diap

Governo Lula é aprovado por 67,6% dos brasileiros, mostra pesquisa CNT/MDA

Percentual leva em conta os brasileiros que consideram a gestão federal "ótima", "boa" ou "regular". Os que desaprovam somam 30,8%



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva 07/09/2024 (Foto: REUTERS/Ueslei Marcelino)

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), em parceria com o instituto MDA, aponta que 67,6% dos brasileiros aprovam o

governo Lula (PT), considerando sua gestão "ótima", "boa" ou "regular". O levantamento, divulgado nesta terça-feira (12), revela que 30,8% dos entrevistados classificam o governo de forma negativa, seja como "ruim" ou "péssimo", o maior percentual desde o início do atual mandato.

Conforme os dados da pesquisa, o índice de aprovação se distribui entre 12,2% que consideram a gestão "ótima" e 23,3% que a avaliam como "boa". Outros 32,1% dos brasileiros avaliam o governo como "regular", reforçando uma base de aprovação ampla, mas com diferenciações no nível de entusiasmo com as políticas atuais. Esses números indicam que, apesar dos desafios enfrentados pela administração federal, ainda há um nível significativo de apoio, especialmente em setores que mantêm uma visão moderada e esperançosa sobre a gestão.

Metodologia - O instituto MDA entrevistou 2.002 pessoas presencialmente em diversas regiões do Brasil, entre os dias 6 e 9 de novembro, com uma margem de erro de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos e um nível de confiança de 95%.

Fonte: Brasil247



Instagram Deputada Érica Kokay